

2023



**BOLETIM
INFORMATIVO**
**PROCURADORIA-GERAL DO
ESTADO DO PARÁ**

ESAP@PGE.PA.GOV.BR

(91) 3344 - 2771

R. dos Tamoios, 1671 - Batista Campos,
Belém/PA.

Nº 429 – DEZEMBRO DE 2023, 25º ANO

EDITORIAL

Olá!

Neste mês de dezembro, a Escola Superior de Advocacia Pública (ESAP) da Procuradoria-Geral do Estado do Pará (PGE-PA) realizou eventos relevantes.

No dia 1º de dezembro ocorreu o III Encontro Anual de Procuradores do Estado do Pará em Belém. Na abertura do evento, foi realizada a mesa-redonda com “Temas Atuais e Desafios para a Advocacia Pública”. Foram convidados o procurador do Estado de São Paulo, Carlos Ari Sundfeld, e a procuradora-geral do Estado de São Paulo, Inês Maria dos Santos Coimbra. A mesa foi presidida pela nossa procuradora do Estado do Pará, Mônica Toscano.



Durante o evento foram entregues medalhas aos vencedores do “Prêmio Pedro Raimundo Maia Miléo”. A premiação tem por escopo a valorização da produtividade funcional e o aprimoramento técnico-jurídico da atividade intelectual dos membros da Procuradoria-Geral do Estado do Pará. Para esse

prêmio, há duas modalidades: contenciosa e consultiva. Neste ano, os vencedores na modalidade contenciosa foram, na ordem de mérito, os procuradores Ibraim Rocha, Rafael Rolo e Antônio Saboia; na modalidade consultiva, essas foram as procuradoras Fabíola Siems, Carolina Massoud e Gisele Freire.



DIÁLOGOS
SOBRE PRECEDENTES
JUDICIAIS
EM TRIBUNAIS SUPERIORES
06 DEZ | 09h30 - 11h30
AUDITÓRIO DA PGE | MODALIDADE: HÍBRIDO
Público-alvo: Procuradores do Estado, Procuradores Autárquicos e Fundacionais e Consultores Jurídicos, profissionais e acadêmicos do Direito
*Evento aberto ao público
ARRASTE PARA O LADO →

Em 06 de dezembro, foi realizada a palestra “Painel Diálogos sobre precedentes judiciais em Tribunais Superiores” no auditório da PGE. Aberto para o público, os palestrantes foram Jair Marocco, Viviane Ruffeil, Ana Carolina Gluck Paul, Rafael Felgueiras Rolo, Henrique Mouta e Sandoval Silva. As palestras apresentaram temas

importantes como a vinculação de teses jurídicas, a objetivação do recurso extraordinário, o papel da inteligência artificial na gestão de precedentes, o filtro de relevância no STJ, o papel da Repercussão Geral e os aspectos culturais do sistema de vinculação. Durante essa palestra, foi realizado o lançamento do livro “Eficácia Expansiva da Sentença Constitucional” do procurador Jair Marocco.

Entre os dias 4 de dezembro e 15 de dezembro, foram realizadas as aulas da terceira turma do Treinamento Básico em Recursos Digitais, projetado para atualizar o corpo funcional da PGE na utilização de ferramentas digitais. Dentro dessas aulas, havia quatro módulos: Módulo 1 – Funcionamento do computador, Módulo 2 – Recursos básicos do Windows 10, Módulo 3 – Criação de documentos com o Microsoft Office (Word e Excel) e Módulo 4 – Ferramentas de escritório. O curso foi ministrado pelo servidor Leon James dos Santos, reprisando seu papel já realizado nas aulas da segunda turma de outubro.

Adicionalmente, nos dias 13 e 14 de Dezembro, foi realizado o “SAJ na prática” na sala de treinamento, que busca capacitar os servidores na gestão de processos internos da PGE-PA. O curso foi ministrado pelo procurador Erotites Martins Reis Neto.

Destaque esse mês, no que tange a legislação federal, a Lei nº 14.755, que institui a Política Nacional das Populações Atingidas por Barragens (PNAB) e prever regras de responsabilização dos empreendedores envolvidos nesses incidentes. Esse diploma legal foi criado como resposta aos vários acidentes envolvendo barragem que aconteceram no Brasil, como os de Mariana e Brumadinho, e apresenta especial importância para o Pará devido à grande produção minerária do estado.



Em relação à lei estadual, a Controladoria-Geral do Estado publicou a Instrução Normativa nº 03, que determinou os prazos e procedimentos que devem ser seguidos pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual para solicitação de Relatório e Parecer do Órgão Central do Sistema de Controle Interno, referentes à Prestação de Contas Anual de Gestão do exercício de 2023.

No âmbito da PGE-PA, é importante destacar a portaria 934/2023, que abre o segundo Processo Seletivo de Estágio para Pós-Graduação. Para a Comissão Organizadora, foram nomeados os procuradores Dennis Verbicaro Soares, Giselle Benarroch Barcessat Freire e Marcela Braga Reis junto com o servidor Cleyton Isamu Muto. O procurador Dennis Verbicaro Soares será o presidente da Comissão Organizadora, enquanto a procuradora Gabriella Dinelly Rabelo Mareco será a secretária executiva.



No campo jurisprudencial, destaca-se a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 2.325/DF, que analisa dispositivos da Lei Kandir adicionados por leis complementares posteriores à edição original do diploma jurídico que restringiam o aproveitamento e compensação do crédito do ICMS por supostamente violar os princípios constitucionais da anterioridade de exercício e da não-cumulatividade tributária. Por unanimidade do Plenário do STF, a ação foi julgada

improcedente.

Adicionalmente, foi publicado o Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 1.460.254/GO, no acórdão O Supremo Tribunal Federal (STF), por unanimidade, reafirmou a jurisprudência dominante, afirmando que a cobrança de diferença entre as alíquotas interna e a interestadual de ICMS (Difal) de empresa optante do Simples Nacional depende de lei estadual.

Por fim, no que tange a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7.486/PA, foi homologado um acordo entre o Governo do Pará e o Supremo Tribunal Federal que permite o prosseguimento de concursos públicos da Polícia Militar do Estado do Pará (PM-PA) sem a limitação do acesso de candidatas. O concurso estava impedido devido à uma medida cautelar que suspendia o concurso devido a um dispositivo do edital, que limitava a participação feminina.

A ESAP agradece ao Procurador do Estado Jair Marocco pela doação do livro “Eficácia Expansiva da Sentença Constitucional”, que foi lançado dentro da própria PGE-PA. Foram recebidas, ainda, doações do Ministério Público do Rio de Janeiro, [na edição nº 88 de sua revista](#), da edição [Julho/Setembro de 2023 do Caderno Ibero-Americano de Direito Sanitário pela Fundação Oswaldo Cruz](#), e a [edição Janeiro/Dezembro 2022-2023 da Revista Jurídica da Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais](#).

Boa leitura!

SUMÁRIO

1 EDITORIAL	1
2 TEMAS	5
2.1 CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO	5
2.2 FINANCEIRO, ECONÔMICO E TRIBUTÁRIO	5
2.3 DIREITO FUNDIÁRIO, AMBIENTAL E URBANÍSTICO	6
2.4 CIVIL E PROCESSUAL CIVIL	6
2.5 TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIO	7
3 JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA	8
4 EMENTÁRIOS DE LEGISLAÇÃO	12
5 DESTAQUES JURÍDICOS ESAP 2023	13
6 ACERVO DIGITAL ESAP	14
7 BIBLIOTECAS DIGITAIS	15
8 EVENTOS E CURSOS INTERNOS	18
9 EVENTOS E CURSOS EXTERNOS	19
10 SITES COM CURSOS ONLINE GRATUITOS	20

TEMAS

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

[A APLICAÇÃO DA LGPD NOS CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DO PODER PÚBLICO: O RELATÓRIO DE IMPACTO DE PROTEÇÃO DE DADOS \(RIPD\) COMO OBRIGAÇÃO CONTRATUAL DA TERCEIRIZADA E COMO FORMA DE MITIGAR EVENTUAL RESPONSABILIDADE ESTATAL](#)

Téssio Rauff de Carvalho Moura, Arlley Cavalcante de Oliveira

[EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO EM CONTRATOS DE CONCESSÃO: QUANDO A MUTABILIDADE NAS CIRCUNSTÂNCIAS JUSTIFICA A MITIGAÇÃO DOS RISCOS ASSUMIDOS?](#)

Daniel Silva Pereira

[O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL \(ANPC\) NA NOVA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA](#)

Gina Copola

[TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELO PODER PÚBLICO DA COLETA NÃO CONSENTIDA AO COMPARTILHAMENTO DE BANCOS DE DADOS DE SERVIDORES E CIDADÃOS](#)

Ana Margareth Moreira Mendes Cosenza, Marília Sousa Cristo Chagas, Antonio Carlos Rabelo Ensá Júnior

FINANCEIRO, ECONÔMICO E TRIBUTÁRIO

[A ANÁLISE DA CONSTITUCIONALIDADE DAS EMENDAS Nº 86/2015 E A Nº 95/2016 PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – VINCULAÇÕES PARA O CUSTEIO DOS DIREITOS SOCIAIS E VEDAÇÃO AO RETROCESSO SOCIAL](#)

Marina Tanganelli Bellegarde

[INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: PRIVACIDADE E TRANSPARÊNCIA](#)

Ricardo Pedro, Inês Oliveira

[OS PROGRAMAS DE CONFORMIDADE COOPERATIVA E DEMAIS INICIATIVAS PARA INCENTIVAR O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS NO BRASIL](#)

Phelippe Toledo Pires de Oliveira, Diana Piatti de Barros Lobo

[SOBERANIA MONETÁRIA NO BRASIL: SUA DEFINIÇÃO E INTERPRETAÇÃO A PARTIR DA ORDEM ECONÔMICA CONSTITUCIONAL](#)

Otacílio dos Santos Silveira Neto, Danilo Marques de Queiroz, Vitória Nathalia dos Santos

DIREITO FUNDIÁRIO, AMBIENTAL E URBANÍSTICO

OS REGIMES DE AUTONOMIA LIMITADA COMO MECANISMOS DE GERENCIAMENTO DO PLURALISMO DE ORDENS NORMATIVAS: O CASO DO ARTIGO 4º DA LEI ESTADUAL 15.673/07 DO PARANÁ

Alex Sandro da Silveira Filho

PLANEJAMENTO URBANO E AS OCUPAÇÕES IRREGULARES NO CONTEXTO BRASILEIRO: A DEMARCAÇÃO DAS ZEIS COMO ALTERNATIVA À IRREGULARIDADE

José Cláudio Junqueira Ribeiro, Warley França Santa Bárbara

SIMPLIFICAÇÃO E DISPENSA DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL SEGUNDO O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Talden Farias, Mateus Stallivieri da Costa, Jaqueline de Andrade

(IN)APLICABILIDADE DO INSTITUTO PUNITIVE DAMAGES NO SISTEMA BRASILEIRO DE TUTELA AMBIENTAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS DESASTRES DAS BARRAGENS DE MARINA E BRUMADINHO

Kelle Grace Mendes Caldeira e Castro, Elaine Cristina Cardoso Ramos

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

APLICAÇÃO DAS MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS (ARTIGO 139, IV, DO CPC/15): CONSIDERAÇÕES SOBRE A QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO E A PENHORA DE FATURAMENTO

Elias Marques de Medeiros Neto, Caio Marra Moreira Rodrigues de Oliveira

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL NO CONTEXTO DE CRISE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

Cláudio Pereira de Souza Neto

NATUREZA JURÍDICA DA ARBITRAGEM E SUA COMPATIBILIDADE COM OS CONFLITOS POTENCIALMENTE EXISTENTES NO PODER EXECUTIVO

Fabiana Marion Spengler, Hipólito Domenech Lucena

RESPONSABILIDADE CIVIL EM CASOS DE FRAUDES BANCÁRIAS

Alisson do Nascimento, Fabio Charão Kurtz

TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIO

[A ATIVIDADE MINERÁRIA À LUZ DA CONSTITUIÇÃO ECONÔMICA E AS AÇÕES PREVENTIVAS NO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO](#)

Patrícia Mayume Fujioka

[A REPERCUSSÃO DA LEI Nº 14.457/22 NO DEVER E FORMA DE PREVENÇÃO DO ASSÉDIO SEXUAL NO AMBIENTE DE TRABALHO](#)

Maurício de Carvalho Góes, Laura Maracci Spanhe da Silva

[A DISCUSSÃO SOBRE A APLICAÇÃO DA MULTA DO ARTIGO 467 DA CLT À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A CONTROVÉRSIA SOBRE A VIGÊNCIA DO SEU PARÁGRAFO ÚNICO](#)

André Boccuzzi de Sousa

[SEGURANÇA JURÍDICA - APOSENTADORIA](#)

Ivan Barbosa Rigolin

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

“

ROT 0010278-97.2023.5.03.0114

Órgão Julgador: Tribunal Regional do Trabalho da
Terceira Região

Relator: Desembargador Anemar Pereira Amaral

TRT3

O Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região determinou, por unanimidade, que em questões de competência territorial para usuário do teletrabalho será considerado o local de estabelecimento da empresa contratante. Isso se sustenta mesmo que o teletrabalhador more em outra localidade, não havendo interferência disso para a determinação de competência. Apelação indeferida.

“ **Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7486/PA**
Órgão Julgador: Supremo Tribunal Federal
Relator: Ministro Dias Toffoli

STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) por unanimidade, validou o acordo homologado pelo ministro Dias Toffoli que permite o prosseguimento de concursos públicos para oficiais e praças da Polícia Militar do Estado do Pará (PM-PA) sem a limitação do acesso de candidatas. Firmado em novembro, o acordo assegura às mulheres o direito de concorrer à totalidade das vagas, livremente e em igualdade de condições com os candidatos homens.

“ **Ação Direta de Inconstitucionalidade 2325/DF**
Órgão Julgador: Supremo Tribunal Federal
Relator: Ministro André Mendonça

STF

O Supremo Tribunal Federal (STF), por unanimidade, conheceu, em parte, das ações diretas de inconstitucionalidade nº 2.325/DF, 2.383/DF e 2.571/DF e, na parte conhecida, julgou-as improcedentes, nos termos do voto do Relator.

“ **Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 1460254/GO**
Órgão Julgador: Supremo Tribunal Federal
Relator: Ministro Luís Roberto Barroso

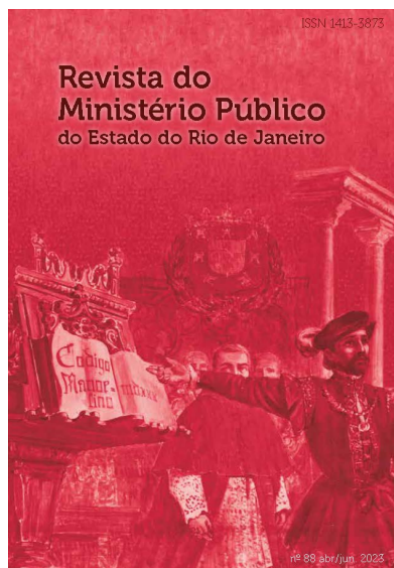
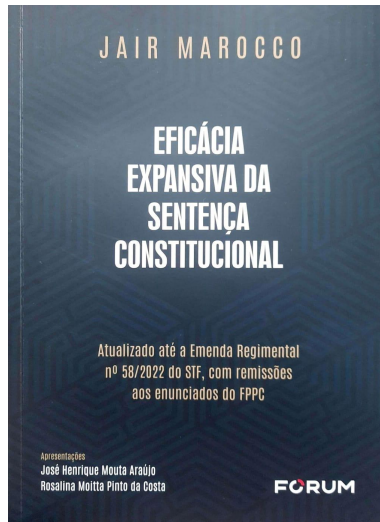
STF

O Supremo Tribunal Federal (STF), por unanimidade, reconheceu a existência de repercussão geral da questão constitucional suscitada. No mérito, por unanimidade, reafirmou a jurisprudência dominante sobre a matéria, no sentido de que a cobrança de diferença entre as alíquotas interna e a interestadual de ICMS (Difal) de empresa optante do Simples Nacional depende de lei estadual.

EMENTÁRIOS DE LEGISLAÇÃO - MÊS DE DEZEMBRO

LEGISLAÇÃO NACIONAL - DEZEMBRO	<u>CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM</u>
LEGISLAÇÃO ESTADUAL - DEZEMBRO	<u>CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM</u>
LEGISLAÇÃO PGE/PA - DEZEMBRO	<u>CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM</u>
EMENTÁRIO DE PARECERES E MANIFESTAÇÕES – DEZEMBRO	<u>CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM</u>

DESTAQUES JURÍDICOS ESAP - DEZEMBRO



ACERVO DIGITAL ESAP

 [LIVROS](#)

 [PERIÓDICOS](#)

 [ARTIGOS](#)

BIBLIOTECAS DIGITAIS

PLATAFORMA FÓRUM DE CONHECIMENTO

- Periódicos; Livros Eletrônicos



BIBLIOTECA DIGITAL PROVIEW

- Livros Eletrônicos



REVISTAS DOS TRIBUNAIS ONLINE

- Periódicos; Doutrinas; Jurisprudências



LEX EDITORA

- Periódicos; Legislações; Doutrinas



ZÊNITE

- Periódicos; Legislações; Doutrinas.



EVENTOS E CURSOS INTERNOS

EVENTO	FORMATO	DATA	ORGANIZADO R
<u>III CICLO DE MINICURSOS DA PFAM</u>	HÍBRIDO	10 e 11/01/2024	ESAP
MEDITAÇÃO	PRESENCIAL	11, 18 e 25/01/2024	ESAP
<u>PALESTRA SOFRIMENTO HUMANO: SUAS FONTES, COMO SE MANIFESTA E O QUE FAZER</u>	HÍBRIDO	16/01/2024	ESAP
<u>2ª OFICINA DO TESAURO- TESAURO DA PGE/PA: ASPECTOS DA CONSTRUÇÃO TERMINOLÓGICA</u>	HÍBRIDO	23/01/2024	ESAP
<u>PALESTRA ALGORITMOS DE CONSUMO: DISCRIMINAÇÃO, DETERMINISMO E SOLUÇÃO ONLINE DE CONFLITOS NA ERA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL</u>	HÍBRIDO	25/01/2024	ESAP
TREINAMENTO: FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA ADVOCACIA PÚBLICA	PRESENCIAL	26/01/2024	ESAP
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO: REGRAS GERAIS E PRINCIPAIS CONTROVÉRSIAS	PRESENCIAL	29 e 30/01/2024	ESAP

EVENTOS E CURSOS EXTERNOS

EVENTO	MODO	DATA	ORGANIZADOR	LINK
DISPENSA, INEXIGIBILIDADE E A INSTRUÇÃO SEGURA DOS PROCESSOS DE ACORDO COM LEI Nº 14.133/2021 - BRASÍLIA/DF	PRESENCIAL	26 e 27/02/2024	ZÊNITE	ACESSE AQUI
COMO ELABORAR O ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E O TERMO DE REFERÊNCIA PARA COMPRAS E SERVIÇOS: DE ACORDO COM A NOVA LEI – LEI Nº 14.133/2021	ONLINE	22 e 23/02/2024; e 26 a 29/02/2024;	ZÊNITE	ACESSE AQUI
DESAFIOS PRÁTICOS PARA A APLICAÇÃO SEGURA DA LEI Nº 14.133/2021	ONLINE	05 A 08/03/2024	ZÊNITE	ACESSE AQUI
LICITAÇÃO E CONTRATOS COM AS DIRETRIZES DA NOVA LEI Nº 14.133/2021	ONLINE	05 A 08/03/2024	FÓRUM	ACESSE AQUI
ALTERAÇÕES E ADITIVOS AOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – PARALELO ENTRE A LEI Nº 8.666/1993 E A LEI Nº 14.133/2021	ONLINE	11 A 15/03/2024	ZÊNITE	ACESSE AQUI
IMPLEMENTAÇÃO E APLICAÇÃO PRÁTICA DA LEI Nº 14.133/2021: ORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL, IMPACTOS DA REGULAMENTAÇÃO, SISTEMAS E PNCP	ONLINE	02 A 05/04/2024	FÓRUM	ACESSE AQUI
CREDENCIAMENTO NA LEI Nº 14.133/2021 E NA LEI Nº 13.303/2016 – CABIMENTO, PROCEDIMENTO E POLÊMICAS	ONLINE	04 e 05/04/2024	ZÊNITE	ACESSE AQUI
A PESQUISA E A ESTIMATIVA DE PREÇOS NO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA DE	ONLINE	15 e 16/04/2024	ZÊNITE	ACESSE AQUI

ACORDO COM A LEI Nº 14.133/2021, A IN Nº 65/2021 E O TCU				
MÉTODOS DE SOLUÇÃO ADEQUADA DE CONFLITOS E A LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM	ONLINE	07 A 10/05/2024	FÓRUM	ACESSE AQUI
PREGÃO ELETRÔNICO NA LEI Nº 14.133/2021: RITO PROCEDIMENTAL E OPERAÇÃO CONFORME A INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73/2022	ONLINE	21 a 24/05/2024	FÓRUM	ACESSE AQUI
XXI CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO CONSTITUCIONAL JURISDIÇÃO E PROCESSO CONSTITUCIONAL – EM HOMENAGEM A NELSON NERY JR	HÍBRIDO	30 a 31/05/2024	Escola Brasileira de Estudos Constitucionais – EBEC	ACESSE AQUI
XIX FÓRUM BRASILEIRO DE CONTRATAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA — FBCGP	PRESENCIAL	22 a 24/05/2024	Editora Fórum	ACESSE AQUI

- **ESCOLA VIRTUAL DO GOVERNO**
(<https://www.escolavirtual.gov.br/>)
- **ESCOLA NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR**
(<https://www.defesadoconsumidor.gov.br/escolanacional>)
- **CNJ (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA)**
(<https://www.cnj.jus.br/formacaoecapacitacao/cursos-abertos/>)
- **SENADO**
(<https://saberes.senado.leg.br/course/index.php?categoryid=134>)
- **FGV ONLINE**
(https://www5.fgv.br/fgvonline/Cursos/Gratuitos/?goback=.gde_1876153_member_208379733)
- **FUNDAÇÃO BRADESCO**
(<https://www.ev.org.br/cursos>)
- **ESAF – ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA**
(<https://antigomoodle27.enap.gov.br/course/index.php?categoryid=13>)

Para outros eventos e cursos acessar na rede a pasta virtual da ESAP

Expediente:

Responsáveis pelo Boletim: Gabriella Dinelly Rabelo Mareco, Alessandra Maria Mendonça de Oliveira, Carla Blanco Rendeiro e Tássio Guimarães Senger.

Apoio:

Ana Margarida Vianna, Luciano Júnior Silva da Silva, Ellen

DEZEMBRO
VERMELHO

Mês de prevenção ao HIV e
infecções sexualmente
transmissíveis.

A proteção é a
melhor medida
de prevenção!

Cristina, Camilly Ribeiro, Landara Serrão Mendes, Marcíria de Almeida, Matheus de Alcântara e Carlos Eduardo Ricarte.

Fechamento desta edição: 31/12/2023

